



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**Secretaria de Política Tecnológica Empresarial**

**2ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR**  
**FUNDO SETORIAL MINERAL**

*CGEE, 16 de outubro de 2001.*

**Nota da Reunião**

**Presentes:**

**MEMBROS DO COMITÊ**

Albanita Viana (**CNPq**)

Antônio Sérgio P. Fragomeni (**MCT**)

John Milne Albuquerque Forman (**Comunidade Científica**)

José Mendo Mizaél de Souza (**Setor Produtivo**)

Luciano de Freitas Borges (**MME/SMM**)

Marcelo Ribeiro Tunes ( **DNPM/MME**)

Jorge Ávilla( **FINEP**)

**CONVIDADOS**

Carlos Augusto Ramos Neves/DNPM

Cid Chiodi Filho / CGEE

Eliana Soares Lara / MCT

João da Rocha Hirson / CNPq

José Carlos Gomes Costa / MCT

José Ferreira Leal / MCT

Maria de Lourdes C. Santos / CGEE

Mário de Miranda Santos /CGEE

Onildo João Marini / CGEE

Reinhardt A . Fuck /CGEE

Ronaldo Simões L. Azambuja/ FINEP

## Notas da Reunião:

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, Dr. Antônio Sérgio P. Fragomeni, que agradeceu a presença de todos e apresentou o Diretor Executivo do CGEE, Dr. Márcio Miranda, para quem passou a palavra.

Dr. Márcio Miranda informou que o CGEE é uma instituição privada com um modelo integrado de gestão. Segundo ele, com a criação dos fundos setoriais, que já são 14, o país está em um novo patamar de C&T&I.

Ele disse, também, que está sendo elaborado um Contrato de Gestão entre o CGEE e o MCT por 5 (cinco anos) tendo como área de atuação: Prospecção; Acompanhamento e Avaliação, Desenvolvimento Regional, Articulação Empresarial, Divulgação e Difusão.

Continuando, Dr. Márcio informou que as ações relativas aos Fundos Setoriais, no âmbito do MCT, serão conduzidas de forma compartilhada por membros de 4 (quatro) instituições. Convencionou-se denominar de G4 o grupo constituído por profissionais do CGEE, MCT, CNPq e FINEP, que conduzirá os trabalhos de cada Fundo Setorial.

Informou, também, que o CGEE terá agenda com uma coordenação horizontal entre os diversos Fundos Setoriais, para facilitar uma maior integração.

Agradeceu a atenção de todos e abriu a palavra aos Conselheiros.

O Conselheiro Jorge Ávila, fez uso da palavra para se pronunciar favorável à política do CGEE, satisfeito com a criação dos Fundos e colocando a FINEP, inteiramente à disposição.

Continuando a reunião, o Presidente apresentou a Ata da 1ª Reunião do CT-Mineral, que ficou de ser apreciada por todos numa outra hora, dando-se um prazo até o dia 22/10, segunda-feira, para o encaminhamento de eventuais comentários.

O Conselheiro John Forman, pediu que fosse esclarecido quais são realmente as funções do Comitê Gestor. O Presidente explicou que são as de definir as diretrizes gerais, o plano anual de investimentos, acompanhar a implantação das ações e proceder à avaliação anual dos resultados alcançados.

Na seqüência, o Prof<sup>o</sup>. Marini apresentou a "Proposta do Plano Emergencial de Investimentos para o Fundo Setorial Mineral", onde mostrou o perfil da capacitação das instituições nacionais em P&D&I - Setor Mineral; as principais demandas no setor mineral brasileiro; programas de mobilização nacional; síntese das sugestões de diretrizes para aplicação de recursos; disponibilidade de recursos para o setor mineral para o período de 2001 – 2004; parceria CT-Mineral/PADCT, com quadro de disponibilidade de recursos para parceria no período 2001 – 2004; sugestão de aplicação de recursos em parceria CT-Mineral/PADCT em 2001, num valor total de R\$ 9.708.000,00 (nove milhões e setecentos e oito mil reais); demanda induzida bruta de projetos; sugestão de grupos de projetos apoiados em 2001; situação dos recursos restantes e sugestão de aplicação em 2002.

Durante a apresentação os Conselheiros comentaram e fizeram algumas alterações no documento. O Presidente aproveitou para sugerir que fossem trazidos ao Comitê Gestor, os centros tecnológicos e instituições de pesquisa do setor mineral para apresentar suas respectivas atividades.

O Conselheiro John Forman enfatizou que os projetos devem indicar claramente os objetivos e ter clientes bem definidos. Esclareceu, também, que a linguagem de comunicação com os pequenos e médios mineradores terá que ser qualificada e necessita presença de facilitadores no processo de diálogo academia - empresa.

Alguns conselheiros se manifestaram no sentido de maior articulação com o SEBRAE

O Conselheiro José Mendo destacou, que a comunicação deve ser concisa para ser entendida pelo setor produtivo.

Ficaram acordadas nessa reunião as principais orientações para análise de projetos, a saber :

- não privilegiar a forma em detrimento do conteúdo;
- a proposição do projeto deve ter origem numa demanda do setor empresarial e estar compatibilizada com as diretrizes e prioridades do CT-Mineral;
- ter em mente que o objetivo da ação do CT-Mineral é a produção de riqueza para a sociedade brasileira;
- incentivar a participação de empresas de consultoria e/ou consultores, em apoio a projetos;
- bolsas de mestrado e doutorado não são objetivos do CT-Mineral.

O Presidente solicitou ao conselheiro Jorge Ávilla, celeridade por parte da FINEP na implementação dos projetos. O Conselheiro Jorge Ávilla informou ter certeza que assim o será, desde que os projetos cheguem à FINEP com a respectiva documentação completa.

Continuando a reunião, a Conselheiro Jorge Ávilla, informou que a FINEP tem a possibilidade de oferecer recursos financeiros para cursos de interesse das pequenas e médias empresas de mineração, montando os cursos de acordo com o interesse das empresas.

Ficou acertado que, até a próxima reunião, serão definidos quais os instrumentos que poderão ser usados para contratação de projetos, nos próximos anos, salientando-se dentre outros, carta convite, editais, encomendas e chamadas.

Foi ressaltado pelos Conselheiros a necessidade de discutir mais profundamente a missão do CT-Mineral, sua abrangência e competência .

Discutiu-se também, a questão do conceito " Mineral Exploration" - Exploração Mineral e " Mineral Research" - Pesquisa Mineral o que o Conselheiro John Forman esclareceu que não faz parte dos objetivos do Fundo a exploração mineral e sim a pesquisa mineral, tendo havido a concordância de todos os Conselheiros. Salientou também, que as atribuições de um Serviço Geológico não devem ser financiadas pelo Fundo, quando se tratar de coleta de dados, mapeamento, ou outras atividades de rotina. Caberá o apoio, quando destes dados ou levantamentos, resultar material que poderá originar trabalhos de pesquisa (research).

O Presidente do Comitê explicou aos Conselheiros o Programa PROGEX Nacional, o qual tem como objetivo o aumento de exportações das pequenas e médias empresas, através de ações que visam a superação de gargalos tecnológicos. Nesse sentido, propôs um PROGEX Nacional específico para o setor: PROGEX MINERAL. A proposta foi apoiada pela unanimidade dos Conselheiros.

O Conselheiro Luciano Borges levantou a necessidade de um melhor planejamento para definir critérios, focos e prioridades para os próximos planos de investimentos.

Foi deliberado, que os bons projetos das pequenas e médias empresas de mineração terão prioridade sobre os demais, bem como a Plataforma da Amazônia, abrindo espaço para pesquisas, também fora da Amazônia.

O Profº Marini lembrou que considerando a parceria PADCT / CT-Mineral, perante o PADCT só serão elegíveis para contratação, sem edital, projetos definidos por plataformas já concluídas e /ou estudos específicos.

O Conselheiro Luciano Borges solicitou informações e a caracterização de responsabilidades acerca de definições e orientação para as próximas ofertas de recursos, no âmbito da parceria PADCT/CT-Mineral. A opinião do Profº Marini é de que caberá a este Comitê Gestor esta função.

Na seqüência, foi tratada a solicitação de apoio para edição de um volume da Revista Brasileira de Geociência, que teria sido negada pelo CNPq. Houve amplo questionamento e debates, tendo sido definido que excepcionalmente poderia ocorrer o apoio do CT-Mineral, dependendo das razões que motivaram a negativa pelo CNPq. A Conselheira Albanita se dispôs a levantar essas informações e anexá-las ao pedido.

Dando continuidade, discutiu-se sobre os percentuais máximos de recursos para os diferentes grupos de projetos em carteira. O Conselheiro Jorge Ávila sugeriu a aplicação dos mesmos. O Conselheiro John Forman sugeriu, que não fossem estabelecidos percentuais para nenhum dos grupos, o que foi acatado pelos demais Conselheiros.

Com relação à análise geral da carteira de pré projetos, encaminhada ao CT-Mineral, foram tomadas pelo Comitê Gestor, as seguintes decisões:

1) Encaminhar para análise pelas agências reguladoras(CNPq e FINEP) os seguintes grupos de projetos:

- Desenvolvimento e difusão de tecnologia intermediária na pequena e média empresa;
- Pesquisa técnico-científica de suporte à pesquisa de depósitos minerais – Plataforma EXAMIN/Amazônia;
- Outros;
- Auxílio a Publicação;
- Formação de Recursos Humanos;
- Propostas da UFRJ/IG endossadas pelo DNPM.

2) Encaminhar para análise de outros Fundos Setoriais correlatos, projetos do CETEM relativos à Bacia Carbonífera de Santa Catarina;

3) Não apoiar nesta fase inicial projetos de infra- estrutura;

- 4) Caso haja saldo de recursos dos projetos aprovados, referente aos grupos de projetos enviados às agências reguladoras(CNPq/FINEP), deverão ser incluídos para análise os projetos em carteira na FINEP, relativos ao RECOPE/MINERAÇÃO;
- 5) Autorizar o comprometimento de projetos, nesta fase, no valor de R\$ 9.708.000,00, sendo tais recursos disponibilizados em 2001, 2002 e 2003. Em 2001 deverão ser comprometidos todos os recursos orçamentários do ano, ou incluídos R\$537,107, destinados à Capacitação de Recursos Humanos e R\$ 2.148.430,00 dirigidos ao Fomento ( Pesquisa e Desenvolvimento) do Setor Mineral. Esses recursos são destinados à primeira parcela dos projetos que vierem a ser aprovados.

Esgotada a pauta, o Presidente do Comitê agradeceu a presença e a participação de todos, informando que a próxima reunião será dia 04 de dezembro no horário das 09 às 12hs. No período da tarde daquele mesmo dia, cada um dos centros tecnológicos fará uma apresentação. A reunião será realizada no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em Brasília.